



8 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 27 de julho de 2024

Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação		
Na sexta-feira		Ibovespa nos últimos dias				Na sexta-feira		Últimos		Comercial, venda na sexta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)		
1,22%	1,64%	127.859	127.492	23/7	24/7	25/7	26/7	R\$ 5,658	R\$ 1.412	R\$ 6,143	10,40%	10,44%	0,83	0,16	0,38	0,46	0,21	
Sao Paulo	Nova York							(+ 0,18%)						Fevereiro/2024	Março/2024	Abril/2024	Maio/2024	Junho/2024

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

Greve de funcionários do ministério e falta de divulgação de boletim estatístico com informações de beneficiários que são fundamentais para comprovar a redução da fila do INSS atrasam concessão de aposentadorias e pensões

# Apagão de dados repressa benefícios

» HENRIQUE LESSA

Além enfrentar uma greve de servidores, o Ministério da Previdência Social (MPS) passa por um apagão de dados estatísticos sem a emissão do tradicional Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps). O relatório, que é fundamental para a elaboração de estudos e políticas públicas, é de responsabilidade dos técnicos da pasta e não é divulgado desde fevereiro deste ano.

A explicação para esse apagão nos dados estatísticos está no cancelamento de todos os acessos remotos ao sistema que reúne as informações detalhadas dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Sistema Único de Informações de Benefícios (Suibe). O Beps é publicado desde 1996, e suas informações são fundamentais para comprovar a redução da fila do INSS, principal promessa e prioridade na gestão de Lupi na Previdência. Os dados também servem para subsidiar análises independentes das estatísticas, o que pode indicar desvios e picos na concessão de tipos específicos de benefícios.

Esse represamento de dados ocorre ao mesmo tempo em que o Executivo Federal busca, de todas as formas, conter fraudes na Previdência Social e reduzir gastos para cumprir a meta fiscal prevista para este ano, que é zerar o rombo nas contas públicas. A área

econômica estima uma economia de até R\$ 25 bilhões no gasto do órgão que tem um dos maiores orçamentos da União, em torno de R\$ 1 trilhão.

Uma das inovações da atual gestão questionadas pela Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), é a automação de alguns processos que podem estar aumentando número de fraudes, como o sistema de envio de atestados médicos pela internet usados na concessão automática do benefício por incapacidade temporária, o AtestMed. Segundo a ANMP, o Suibe ampliou o número de fraudes nesse tipo de benefício e também no Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O médico perito Francisco Cardoso, vice-presidente ANMP, alertou que o número de concessões do BPC explodiu. Segundo ele, esse aumento exponencial gerou a necessidade do governo fazer um pente-fino na Previdência. "Eu já tinha dito que o (ministro da Fazenda, Fernando) Haddad iria se preocupar e isso está acontecendo com o pente-fino. Já aumentou mais de 60% o número de benefícios por incapacidade ativos por causa do sistema AtesteMed. Se o sistema AtesteMed está economizando porque agora precisam de um pente-fino", observou Cardoso.

### Senhas bloqueadas

Em maio, o Suibe teve as senhas bloqueadas, mas o órgão

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Cancelamento de acessos remotos tem dificultado consolidação de dados sobre beneficiários do órgão

só admitiu publicamente os indícios de vazamento de dados de beneficiários no fim de junho. À época, o INSS divulgou uma nota onde afirmava que atualiza a política de segurança do sistema que, além de exigir o login e a senha do servidor, começou a precisar de um certificado digital para ser acessado.

A suspeita é de que dados pessoais de beneficiários estavam sendo vazados para grupos criminosos que aplicam golpes

usando ofertas de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas da autarquia.

Apesar de não constar na nota, a decisão foi cortar todas as senhas de acesso ao sistema de fora do INSS, inclusive aquelas utilizadas pelos técnicos do Ministério da Previdência e de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Polícia Federal (PF). As instituições seguem tendo acesso ao sistema, mas ele precisa ser realizado de forma presencial,

em uma sala especialmente preparada para esse fim, na sede do INSS em Brasília.

Acontece que, segundo fontes no INSS, os técnicos do Ministério da Previdência não frequentam o espaço, o que tem impedido a divulgação dos dados. Pessoas da pasta comandada pelo pedetista Carlos Lupi ouvidas pela reportagem costumam se queixar da demora da empresa de tecnologia ligada à pasta, a Dataprev, na solução do caso.

Oficialmente a informação é de que a empresa voltou a distribuir credenciais de acesso ao sistema tanto para o TCU, assim como voltou a providenciar novas credenciais para os técnicos da Previdência.

Procurado, o secretário do Regime Geral de Previdência Social do MPS, Adroaldo da Cunha Portal, não retornou sobre o assunto. Servidores, reservadamente, apontaram que as cobranças sobre o secretário têm subido nos últimos tempos.

### Vazamentos

Depois do corte dos acessos externos ao Suibe, neste mês, foram encontrados sete dispositivos de roubo de dados em computadores do edifício sede do INSS, em Brasília, conhecidos como chupa-cabra.

Apesar de a PF seguir investigando o caso, dentro da autarquia é dado como certo que a instalação dos dispositivos chupa-cabras aconteceu em função do corte do acesso externo ao Suibe. Esse tipo de dispositivo tem a função de capturar os dados que trafegam no terminal de computador onde foi conectado.

Oficialmente, o órgão desmentiu qualquer vazamento que tenha acontecido utilizando os sistemas utilizados na autarquia são criptografados com o acesso aos dados só ocorrendo com a utilização de certificados individuais de cada funcionário que opera o sistema.

## “Pente-fino” no BPC

» FERNANDA STRICKLAND

Com o intuito de reduzir irregularidades e, assim, diminuir despesas, o governo passará um “pente-fino” no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os dados são da portaria conjunta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU).

Essa medida foi implementada em resposta ao crescimento significativo nas concessões e nos gastos com o pagamento do benefício que pode ajudar a conter o aumento desenfreado de despesas ainda neste ano. No primeiro semestre de 2024, as despesas com esse benefício cresceram 29% em relação ao mesmo período de 2023.

O texto determinou que o requerente do BPC ou seu responsável deverão ter registro biométrico a partir de 1º de setembro deste ano. O INSS poderá utilizar as biometrias já realizadas para a Carteira de Identidade Nacional (CIN), para o título eleitoral ou para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). “Os requerimentos do BPC que passarem por alteração cadastral com indícios de inconsistência durante o processo de análise deverão ser submetidos à averiguação própria para verificação das novas informações prestadas”, disse o texto.

A portaria também define que o INSS faça o cruzamento mensal de informações para verificação da manutenção do critério de renda do grupo familiar; do acúmulo do benefício com outra renda constante em base de dados dos órgãos da Administração Pública disponíveis; ou, no caso da pessoa com deficiência, da renda decorrente do exercício de atividade remunerada.

A portaria acrescenta que o MDS e o INSS poderão indicar grupos prioritários para revisão da renda per capita familiar baseado em estudos que indiquem maior probabilidade de identificação de irregularidades em benefícios. “A apuração de irregularidade ou fraude deverá ser realizada pelo INSS ou outro órgão competente, cabendo ao INSS operacionalizar o bloqueio cautelar, se for o caso. O INSS deverá enviar mensalmente ao MDS lista com benefícios que se encontram com bloqueio cautelar”, disse.

Outra portaria conjunta do MDS com o Ministério da Previdência determina que os beneficiários BPC da Assistência Social deverão ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou deverão entregar novos dados quando esse cadastro estiver desatualizado há mais de 48 meses. Para os municípios com menos de 50 mil habitantes, o prazo é 45

### Rombo maior

Conforme dados do Tesouro Nacional, de janeiro a junho, as despesas do governo federal cresceram em ritmo mais acelerado do que as receitas, resultando em um rombo fiscal de R\$ 68,7 bilhões no acumulado do primeiro semestre — alta real (descontada a inflação) de 55% em relação ao mesmo período de 2023. Esse saldo negativo vem, em grande parte, do déficit da Previdência Social, que, somado aos rombos das aposentadorias dos servidores civis e militares, chegou a R\$ 455,8 bilhões, o equivalente a 4,3% do PIB, no acumulado em 12 meses.

dias, para as cidades maiores, o prazo é de 90 dias.

### Orçamento

Segundo o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, a iniciativa se faz importante diante da forte expansão do número de beneficiários do programa verificada nos últimos anos, além da magnitude dos gastos envolvidos. “No primeiro semestre, o crescimento dos dispêndios com o programa foi de 17,3%, ou R\$ 8 bilhões, já descontada a inflação”, explicou.

### Fique atento

As novas regras de concessão e monitoramento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) incluem:

- Biometria: a partir de 1º de setembro de 2024, os cadastros dos beneficiários incluirão a biometria
- Cruzamento de dados: o INSS cruzará dados mensalmente para verificar se os beneficiários ainda atendem aos critérios de renda do programa
- Verificação de inconsistências: o INSS investigará requerimentos do BPC que apresentarem “indícios de inconsistência” durante as atualizações
- O BPC tem cerca de 4,7 milhões de beneficiários, entre idosos e deficientes de baixa renda

### COMO VAI FUNCIONAR

- O pente-fino do BPC será direcionado aos beneficiários que não estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e que não atualizaram seus dados no INSS nos últimos dois anos.
- O processo está previsto para começar em setembro deste ano. Dessa forma, os beneficiários serão notificados pelo INSS para atualizar suas informações dentro dos seguintes prazos:
- 45 dias, para aqueles que residem em cidades com até 50 mil habitantes

- 90 dias, para aqueles que residem em cidades maiores
- O objetivo é garantir que todos que recebem o benefício ainda atendem aos requisitos necessários.
- Se a atualização não for realizada dentro do prazo de 30 dias após a notificação, os cartões dos beneficiários serão bloqueados.
- O recadastramento dos beneficiários do BPC poderá exigir a apresentação de documentos, comprovantes de renda e outras informações que confirmem o direito ao benefício.

Fontes: Portaria conjunta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

“Vale dizer, uma das razões do bloqueio de despesas discricionárias no último relatório bimestral foi a revisão altista de R\$ 6,4 bilhões com gastos do BPC nesse ano, projetados agora em R\$ 111,5 bilhões”, disse o especialista em contas públicas.

De acordo com Salto, além de ampliar a eficiência do BPC, tal “pente-fino” contribui para viabilizar a elaboração do Orçamento de 2025. “Lembramos que o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 deverá ser apresentado já em agosto, e o governo indicou recentemente que buscará corte de R\$ 25,9 bilhões em

gastos para viabilizar sua elaboração e execução”, acrescentou.

O secretário do Tesouro Nacional Rogério Ceron, também comentou sobre as portarias a jornalistas. Segundo ele, o detalhamento sobre a agenda de revisão de gastos, com estimativa de redução de despesas no Orçamento da União, deve ser apresentado na semana que vem pelo Ministério do Planejamento. “As portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU) com restrições na concessão do BPC já representam o início dos trabalhos”, afirmou

o secretário, durante a apresentação do resultado das contas do governo central (que reúne o Tesouro, o Banco Central e a Previdência Social), que registrou um rombo fiscal de R\$ 68,7 bilhões no acumulado de janeiro a junho.

“O Ministério do Planejamento vai fazer uma apresentação específica detalhando esses impactos. Provavelmente que isso deve ocorrer ao longo da próxima semana, início da outra no máximo”, disse Ceron, ao reiterar que serão apresentados os números e impactos de cada medida.